

# Trump e os brancos pobres: um neoliberal pra chamar de seu

**Tatiana Poggi**

Professora de História  
Universidade Federal Fluminense (Brasil)

### **Trump e os brancos pobres: um neoliberal para chamar de seu**

**Resumo:** Este artigo pretende discutir e dar um contorno mais claro à agenda política defendida e implementada por Donald Trump, a partir de uma breve análise da economia política inscrita nos projetos defendidos em campanha e na prática política efetivamente colocada em curso. Para além do discurso eloquente, constantemente atravessado por xenofobia e intolerância, nos concentraremos em demonstrar quais grupos sociais efetivamente obtêm vantagens e lucram com a agenda política defendida pelo presidente. Em vista da miríade de conceitos recentemente utilizados para caracterizar o governo de Trump, que vão do liberalismo conservador ao populismo de direita até o fascismo, entendemos que um esforço nesse sentido é fundamental de modo a evitarmos cair em definições esvaziadas ou panfletárias. Assim, buscaremos apresentar uma definição teórica para a política de Trump nos contornos do conceito de neoliberalismo. Nesse sentido, o empresário e *showman*, eleito presidente dos Estados Unidos, apesar de se apresentar como defensor carismático dos brancos pobres, representa de fato um projeto neoliberal altamente excludente, violento e racista.

**Palavras-chave:** 1. Trump; 2. Neoliberalismo; 3. Conservadorismo

### **Trump and the poor white: a neoliberal to call yours**

**Abstract:** This article intends to discuss and provide a clearer definition to Donald Trump's political agenda from the analysis of the political economy subsumed in campaign projects and his actual political practice. Besides the eloquence in discourse, constantly impregnated by xenophobia and intolerance, the article focuses on demonstrating which social groups actually get advantages and profits from the president's political agenda. In view of the myriad of concepts recently adopted to characterise Trump's government, ranging from conservatism to right-wing populism until fascism, an effort in this direction seems fundamental, so we avoid falling into empty or pamphletary definitions. Thus we hold that neoliberalism would be a more appropriate political definition for Trump. Though proffering himself a charismatic defender of the white working class, business and *showman* Trump in fact promotes and boosts a neoliberal project, highly excludent, violent and racist.

**Keywords:** 1. Trump; 2. Neoliberalism; 3. Conservatism

Quase dois anos se passaram desde a vitória de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. Do lançamento de sua candidatura aos primeiros anos de governo, passando pela ainda chocante vitória nas urnas, Trump vem causando alvoroço por sua excentricidade e desprezo ao politicamente correto, vociferando enérgica e despudoradamente a defesa de políticas excludentes e discriminatórias. Mais do que seus projetos, sua agenda política e promessas de governo, o que chama a atenção e funciona como forte veículo de atração popular tem sido a veia caricatural do novo presidente, expressa através de um discurso agressivo, debochado, espontâneo e libertino. Trump faz um uso acintoso e irrestrito da violência simbólica, o que parece a muitos “aceitável” ou mesmo prova de “honestidade”, em virtude desse se colocar como um elemento “novo” na cena política, não tocado pela corrupção do sistema e pelas coligações de *lobbistas*.

Porém, essa polêmica figura e suas assertivas nada têm de cômico ou bufão. Em meio ao processo eleitoral, Trump ofuscou candidatos tradicionais do Partido Republicano, com longa bagagem política e capital cultural, como Jeb Bush. Conquistou ainda uma larga e heterogênea base, composta por: amplas parcelas dos setores médios amedrontados com a perspectiva ou a já concretizada realidade da proletarianização; um conjunto geracional de brancos de meia idade, que viu o sonho americano se transformar em pesadelo, uma geração dotada de horizontes e que viu cair por terra seus sonhos, ou melhor o sonho para seus filhos; uma substancial e silenciosa parcela da classe trabalhadora branca, ressentida e insegura com a perda gradativa de status e privilégios; e como não poderia deixar de faltar, setores do empresariado como bancos, indústria de energia, construtoras e provedores de serviços sociais variados (educação, saúde, prisão, correio). Eles lhe garantiram a eleição. Mas, como veremos no correr do artigo, têm em mente interesses e expectativas muito diferentes.

Esse texto procurará delimitar o caráter político-ideológico do projeto de sociedade promovido por Trump, ou seja, explicitar sua agenda política e os grupos sociais que tal projeto efetivamente representa e fortalece. Porém, é imprescindível entender o significado político da escolha de uma figura tão violenta e controversa como representante nacional primo com apoio de diversos extratos da classe trabalhadora. Isso em si já coloca uma série de indagações acerca da democracia contemporânea e da noção de liberdade e direitos que vêm sendo construída no imaginário nacional. Nos debruçaremos, então, em torno dessas questões buscando lançar luz sobre esse desconcertante acontecimento que é Donald Trump.

### Branco pobre, o *loser* da modernidade

A surpreendente ascensão de Trump durante a campanha das primárias trouxe a tona e deu alento a antigos ressentimentos, medos e inseguranças de uma parcela expressiva da classe trabalhadora branca norte-americana, popularmente conhecido na literatura norte-americana pelo codinome derogatório de “*white trash*” ou “lixo branco”. Esse peculiar conjunto de brancos pobres, com baixo nível educacional e especialmente concentrados nas zonas rurais do Sul e do meio Oeste sofreu historicamente dois grandes “golpes” que alteraram sensivelmente seu *status* social: a abolição da escravidão e o fim do regime segregacionista do *Jim Crow*. Tais mudanças em direção a uma maior inclusão social, respeito à diversidade e em defesa do multiculturalismo tocaram profundamente o ego e a autoestima dessa parcela empobrecida e desvalorizada da classe trabalhadora norte-americana, retirando-lhe a base de uma suposta superioridade e privilégios que a diferenciavam do “outros”, imprimindo à raça um papel importante na construção da identidade nacional e local. O ataque a sua condição privilegiada e o enfraquecimento no imaginário social de símbolos de distinção dessa natureza fez com esse setor social reagisse de forma agressiva, muitas vezes defendendo políticas que vêm de encontro ao seu próprio interesse sócio-econômico, ou seja, de classe.

O surgimento de grupos como a *Ku Klux Klan* logo após o desmantelamento da sociedade escravista e a construção gradativa nos estados

do sul do regime *Jim Crow*, baseado no princípio do “iguais, mas separados”, constituem expressões de revolta e inconformismo, quimeras de um mundo antigo, a força da tradição que insiste teimosa em povoar e reconfigurar o presente. A defesa da supremacia branca na forma de organizações civis e do regime segregacionista cumpriram uma função social e política imprescindível no sentido de amansar as paixões do branco pobre, direcionando uma possível revolta social para a questão racial, reforçando assim a ideia de que o problema estaria na inclusão e ascensão social do negro, e não no fato peculiar e escancarado de uma parcela significativa da classe trabalhadora ser caracterizada como “lixo”.

Outro setor social digno de menção e que se juntará ao lixo branco em apoio a Trump, é uma parcela da pequena burguesia branca que em diversos momentos de expansão e desenvolvimento do capital viu-se esmagada pelo processo tendencial de concentração e centralização do capital. Esse setor, composto socialmente pelo *farmer*, pelo pequeno produtor e pequeno comerciante veio experimentando com o desenvolvimento do capitalismo liberal um gradual processo de exclusão e despossessão, alimentando resistências e revoltas. Em *Capitalismo monopolista*, Sweezy e Baran (1966) trabalham essa questão historicamente ao falar do crescimento dos monopólios nos Estados Unidos a partir do final da Guerra de Secessão com a expansão das ferrovias em direção ao oeste. O processo de formação do território nacional envolveu primeiramente uma empreitada militar contra os povos nativos, bem como espanhóis, franceses e ingleses ainda antes da guerra e, findado o conflito civil, esse largo espaço ofereceu incríveis oportunidades para investimento de capital e crescimento econômico tanto no campo como nos novos centros urbanos. Recuperando dados de Simon Kuznets (1941) e Josef Steindl (1952), os autores afirmam que as taxas de acumulação de capital permaneceram altas até a década 1890, verificando-se de fato um ponto crítico no tocante à diminuição dos investimentos com a recessão instalada a partir de 1907. A Primeira Guerra Mundial teria dado um relativo fôlego à economia, postergando a crise que finalmente se desencadearia em 1929 (SWEETZY; BARAN, 1966, p. 224-228).

A consequência desse processo de expansão e recessão foi o esmagamento gradativo do pequeno produtor e comerciante urbano, simbolicamente engolido pelos trustes, e do *farmer*, simbolicamente expulso pelo trator.

Politicamente, esses sujeitos sociais organizaram sua revolta de diversas formas. Houve protestos, crescimento do engajamento na luta sindical e no Partido Socialista, e claro a organização do movimento populista, com a fundação do *People's Party* [Partido Populista] em 1891. O movimento Populista surgiu do descontentamento, articulação e mobilização política do pequeno produtor rural do Sul, das Grandes Planícies e do Oeste, o *farmer*, contra o caráter elitista e predatório do grande capital, representado pelos banqueiros, donos de ferrovias e grandes produtores rurais. Em algumas regiões essa base agrária original se alargou, integrando também o pequeno homem urbano, mobilizados em torno de uma agenda intervencionista de reformas no sentido de garantir subsídios ao pequeno produtor, sustentando a competitividade frente aos grandes monopólios, controlar a especulação e frear a política de juros e hipotecas exorbitantes, que estavam levando à falência o *yeoman*.

No tocante às interpretações historiográficas, a crítica ao entendimento do populismo como ideologia e movimento social alinhado com a defesa, ainda que reformista, dos interesses de grupos subalternos e portanto uma corrente política pertencente ao campo da esquerda, veio a partir da contribuição do historiador liberal Richard Hofstadter. Em seu clássico *Age of Reform* (1960), os populistas são retratados como um grupo de pequenos proprietários inseguros e descontentes com o processo de declínio social, derivado da consolidação de uma América moderna e industrial. Apresentariam-se, nesse sentido, como elementos provincianos e nostálgicos, avessos ao intelectualismo, conspiracionistas e nativistas, com tendência à formação de bodes expiatórios (HOFSTADTER, 1960). Com Hofstadter vemos, pela primeira vez, uma tônica conservadora atribuída ao populismo, de onde derivará a possibilidade de caracterização de movimentos nacionalistas reacionários de base popular como populismo de direita.

Essa definição mais alargada ganhou finalmente um tratamento conceitual formal nos anos 1980 e 1990 a partir dos trabalhos de Margaret Canovan e Michael Kazin. A primeira seria considerada como autora de um dos poucos estudos profundos sobre a temática, mapeando as diversas expressões de populismo, qualificando como tal desde os movimentos agraristas do século XIX (*People's Party* norte-americano, os *narodniki* russos e os movimentos

camponeses europeus do entreguerras), as experiências latino-americanas dos anos 1930 e 1940, grupos supremacistas brancos contrários à conquista dos direitos civis, à lideranças carismáticas em geral com propostas apelativas. O que uniria todos esses movimentos, segundo Canovan, é que todos “envolvem algum tipo de exaltação do ou apelo ao ‘povo’ e todos são em alguma medida anti-elitistas” (CANOVAN, 1981, p. 294, *apud* BERLET; LYONS, 2000, p. 4). Kazin (1995) traz um conceito igualmente largo de populismo, definindo como uma retórica política marcada pelo discurso esperançoso, eloquente, rebelde e romantizado, visando melhorar o bem-estar dos homens comuns.

O populismo teria raízes profundas no movimento agrarista do século XIX, mas de modo algum estaria restrito a esse contexto histórico, passando por transformações e conformando uma tradição política e ideologicamente plural, expressa por todo espectro político, da direita à esquerda. Nos Estados Unidos, essa inflexão à direita teria tido início na década de 1940, quando grupos conservadores como a direita cristã e figuras políticas proeminentes como George Wallace, Nixon e Reagan alteraram o sentido político na direção do conservadorismo. Teríamos, então, um populismo de direita, que seria em grande medida impulsionado pelo descontentamento coletivo com relação a uma situação de opressão, mas, ao invés de ser canalizado na direção de mudanças sociais que revertam esse quadro, se concentra na revolta contra grupos sociais minoritários, transformados em os “bodes espiatórios” [*scapegoats*] e responsabilizados pela condição de infortúnio da maioria (KAZIN, 1995).

Daí em diante observou-se toda uma tendência ao uso do populismo para definir quaisquer movimentos conservadores radicais, sendo amplamente usado como sinônimo de extrema-direita, sem maior cuidado ou reflexão sobre caráter ideológico, as bases teórico-filosóficas e o horizonte político almejado que fundamentam um dado projeto de sociedade. O conceito é alargado de tal forma, que perde seu conteúdo político-filosófico, bem como seu caráter histórico. Deshistoricizado e arrancado de seus contornos políticos específicos fica difícil inclusive encontrar movimento social, partido ou personalidade que não se encaixe na categoria de populismo. A pobreza teórica do conceito de populismo, utilizado em sentido alargado, fica explícita pela ausência de uma discussão dos fundamentos ideológicos e filosóficos, bem como da noção de

economia-política que conforma o projeto político-social almejado, notadamente as relações de poder que propiciam as condições de reprodução de uma determinada ordem social. Tal conceito encobre e mascara aspectos cruciais e reveladores do projeto social que está sendo defendido.

Essa noção de populismo de direita teve em Richard Hofstadter um de seus defensores pioneiros. Todavia, é importante ressaltar que o fundamento explicativo e impulsionador que propiciou essa interpretação e instrumentalização conceitual vinha sendo construído no campo do pensamento liberal já há algum tempo. Em 1955, Daniel Bell organizou a coletânea intitulada *The New American Right* (1963), na qual um conjunto de intelectuais do calibre de Seymour Martin Lipset, Talcott Parsons, David Reisman, Richard Hofstadter, Nathaniel Glazer e o próprio Bell defendiam a ideia do conservadorismo como política da frustração, derivada da perda de privilégios, status e símbolos de distinção. Tal perda não decorreria exatamente de uma reação à crise social que se ensejou a partir dos anos 1970 ou às conquistas políticas, civis e identitárias, angariadas pelos movimentos sociais ao longo do século XX. O crescimento do conservadorismo seria explicado em virtude da prosperidade, da política externa expansionista e do cosmopolitismo, experimentados pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial.

Esta hipótese, à primeira vista contraditória e estranha, foi elaborada com base na ideia de que depressões geram protestos, enquanto cenários de prosperidade, justamente, maior inclusão, geração de riqueza e distribuição de renda. Quando essa inclusão é feita em proveito de grupos minoritários ou entendidos como estrangeiros, fazendo-os ascender socialmente, isso geraria ressentimentos, descontentamentos e a sensação de deslocamento social e perda de status/privilégio por parte dos setores majoritários. Assim, conforme a lógica argumentativa defendida pelos autores, o sucesso da direita em fins do século XX seria devido não somente ao avanço de políticas da esquerda, mas fundamentalmente ao cenário de prosperidade e acumulação, que propiciou e sustentou esses avanços em primeiro lugar. O conservadorismo era basicamente entendido como reação, expressão dos ressentimentos do *loser* da modernidade, política da frustração (BELL, 1963).

Ainda que assumamos que o vetor reação à frustração não deva ser desprezado, essa abordagem é profundamente conservadora e cruel, pois



entende que a raiz do problema reside na ampliação da democracia e na redistribuição de riqueza em favor de setores desfavorecidos e subalternizados. Seguindo tal lógica, uma vez identificada a raiz do “problema”, deveria-se fazer todo o possível para se evitar incorrer no problema novamente. A reação à frustração e os ressentimentos do *loser* da modernidade cumpriram sim um papel relevante no alargamento das fileiras do conservadorismo, mas não se manifestaram somente na esfera do conservadorismo tradicional e racista, muito menos resultaram diretamente da prosperidade, mas da opção em direcionar uma parte dos recursos acumulados para inclusão de setores minoritários. Além disso, tal interpretação acaba por reafirmar o consenso liberal de crença na tendência do sistema político norte-americano a uma democracia liberal relativamente estável, sem expressões significativas de extremismos, estes, quando muito, vistos como efeitos marginais, uma disfunção ante à regra.

### Democratas e o empresariado conservador: compromisso para a governabilidade

Como salientou Alan Wolfe no artigo “Sociology, liberalism and the radical right”, a modernidade e as políticas do Partido Democrata durante o pós-guerra alimentaram muitos setores do empresariado, notadamente as indústrias de alta tecnologia e petroquímicas do *Sunbelt*; o setor militar; o agronegócio e as grandes transportadoras internacionais; empreiteiras e construção civil; a indústria do entretenimento, do *fast food*, do esporte e da bebida; o setor financeiro e de serviços. Esses empresários cresceram vertiginosamente durante a Guerra Fria, estimulados pelos Democratas, graças a sua política de expansão econômica e imperialista. Eles não tinham nada de “*loser*”, se fortaleceram no seio do reformismo democrata e foram construindo a reação à agenda reformista por dentro (WOLFE, 1981).

Inflação, desemprego e crise alimentaram o conservadorismo, assim como a reação à políticas inclusivas também gerou ressentimentos e frustrações. Porém o que se nota é que um determinado setor do conservadorismo, que posteriormente se tornaria protagonista do neoliberalismo, nunca deixou de

atuar, integrando o reformismo Democrata e pressionando em favor de seus interesses. Uma análise do impacto da perda de *status* apartada da reflexão de classe deixa de problematizar o fato de que as forças contra as quais muitas manifestações de conservadorismo mais radical se insurgem são, de fato, desencadeadas pelo capital, ou seja, por parte de setores conservadores. Assim, a mobilidade social ascendente de minorias, a dispersão geográfica, o aumento da inflação, a entrada em massa de mulheres no mercado de trabalho, a relativa homogeneização cultural, secularismo e cosmopolitismo, o aumento do crime, da alienação e do tráfico de drogas são em boa medida frutos da expansão do capital, na forma de efeitos derivativos ou na forma de fontes de acumulação propriamente ditas.

Segundo Wolfe, o compromisso Democrata garantiu a preponderância sobre o executivo, sustentou o paradigma intervencionista e um conjunto de direitos trabalhistas e seguridade social graças ao crescimento, todavia às custas de um verdadeiro antagonismo contra o conservadorismo. A pactuação com alas do conservadorismo, notadamente o empresariado, e a aceitação silenciosa à sobrevivência dos *Dixiecrats*, aliados à opção pela busca do crescimento *per se*, em detrimento de uma política mais agressiva de ampliação e aprofundamento de direitos sociais, corroeram o reformismo.

O acordo estabelecido com o empresariado exigia condições facilitadas para a expansão dos investimentos e a abertura de novos mercados, especialmente na esfera social, onde o reformismo poderia ter atuado mais incisivamente na garantia de uma inclusão mais sólida na forma de direitos sociais (KATZNELSON, 1989). A opção por estimular uma cidadania ancorada na inserção no mercado de consumo, fomentando a relação de mercado no setor de saúde, educação, previdência e habitação foi determinante para manter o compromisso Democrata com o empresariado, mas também para sua ruína a longo prazo. A cultura do consumismo, bem como a vitória do paradigma de luta sindical baseado na barganha coletiva e no *Welfare* privado, contribuíram para desmobilizar a classe trabalhadora norte-americana, deixando-a desarmada, sem maior capacidade de contra-ataque frente à ofensiva neoliberal (LICHTENSTEIN, 1989). Quando o crescimento – verdadeiro sustentáculo da inserção social pelo consumo – cessou, o conservadorismo capitalizou!

A crise estrutural do capital, profundamente investigada por pesquisadores com as mais diversas trajetórias intelectuais (MESZAROS, 2009; HARVEY, 2005; HOLLOWAY; BONEFELD, 1991; DUMENIL; LEVY, 2014; KRUGMAN, 1994; POSNER, 2010), manifestou-se muito além da mera incorrência da queda da taxa de lucro, apresentando-se como um processo orgânico de crise de um padrão de dominação e acumulação, de um modo de regulação e controle social determinado. A solução vitoriosa para se tentar contornar a crise foi como sabemos a resposta neoliberal, com sua agenda de austeridade, marcada retomada do equilíbrio orçamentário a partir de cortes públicos em gastos sociais, flexibilização de direitos, precarização e intensificação do trabalho, além de intenso convencimento e valorização do trabalho voluntário e do envolvimento social privado – a responsabilidade social.

### À beira do dilúvio: a conquista do branco pobre pelo empresariado

Assim, até os anos 1970 aproximadamente, o Partido Democrata arregimentou parte da revolta potencial através da sobrevivência dos *Dixiecrats*; mais recentemente os Republicanos conquistaram os brancos pobres em torno de uma agenda neoliberal com toques de fundamentalismo religioso, racismo e xenofobia sutis.

Pouco mais de 30 anos se passaram e sobreviver no mundo neoliberal, globalizado, tem se mostrado um desafio penoso e atroz para a classe trabalhadora. Um largo conjunto de transformações resultantes da crise estrutural do capital e derivadas de políticas de flexibilização do trabalho e austeridade neoliberal comprometeram sensivelmente a qualidade de vida dos trabalhadores, não poupando obviamente os brancos pobres. Os dados do *US Census Bureau* mostram que o aumento da pobreza é evidente a partir de 2005 até 2014 é expressivo no país como um todo, não se limitando às regiões do velho Sul, mas mostrando-se particularmente grave em regiões de alta concentração populacional, décadas antes marcadas pela prosperidade.

O sonho americano resvalou em pesadelo; o sol não brilha mais na Califórnia; a *Big Apple* já não parece tão grande. As promessas Republicanas de

parceria, de defesa da “verdadeira América” contra os indesejáveis sugadores do *welfare*, imigrantes preguiçosos e abusados, os famosos *aliens* ilegais, e potenciais terroristas desmancharam-se no ar e a vida do branco pobre parece afundar no lixo a cada dia mais. Isso vem comprometendo o frágil compromisso e apoio dessa parcela da classe trabalhadora ao Partido Republicano, uma situação cada vez mais difícil de sustentar, aliviada somente por empreitadas militares espetaculares como as guerras no Oriente Médio e o fortalecimento de novos bodes expiatórios, representados atualmente pelo elemento islâmico.

Como observado em outros momentos da história, decadência e perda de lugar social geram revolta e não nos parece ser coincidência o aumento gradativo de grupos de ódio (coletivos que defendem e promovem abertamente a violência e a intolerância) a partir de 1999 até 2015, de acordo com os dados do *Southern Poverty Law Center*. Esses grupos foram se tornando particularmente atrativos à muitos brancos pobres, mas também a uma parte significativa dos setores médios que ao longo de três décadas foram sendo empurrados à proletarização. Quantitativamente, os simpatizantes de grupos de ódio representam ainda um contingente pouco expressivo. Contudo, como nos mostra o gráfico, o número desses coletivos vem crescendo assustadoramente.

Historicamente, a articulação política do ódio e da intolerância conseguiu conquistar espaços cativos entre fascistas, segregacionistas e neoconfederados, organizados na sociedade civil. Porém, também a sociedade política abrigou o ódio e a intolerância entre os *Dixiecrats* e alas mais conservadoras do Partido Republicano, a exemplo de Barry Goldwater (candidato Democrata nas primárias de 1964), George Wallace (governador democrata do Alabama nos anos 1960 e 1970; candidato a presidente pelo *American Independent Party* em 1968) e mais recentemente Patrick Buchanan (candidato Republicano nas primárias de 1992 e 1996). Ainda assim, tais grupos não encontram muita receptividade no âmbito parlamentar; alguns sequer apostam na política partidária e em canais de representatividade institucional como espaços de disputa por julgarem tais arenas demasiadamente corrompidas ou por clara adesão a um princípio antiliberal.

Eis que surge no cenário político essa figura performática, Donald Trump, um empresário de sucesso, neto de um autêntico *self-made man* que ascendeu

economicamente a partir de um pequeno negócio de restaurante e pensionato durante a corrida do ouro na região de Seattle e na fronteira com Canadá. Radicados em Nova York, no bairro do Bronx, o pai de Trump, Fred, deu continuidade aos empreendimentos no setor imobiliário, iniciados por seu pai, construindo e revendendo casas, barracões e apartamentos nos bairros do entorno, notadamente Queens e Brooklyn (BLAIR, 2015). Donald continuou o legado de ascensão, assumindo a presidência da renomeada Organizações Trump em 1971 e tornando-se dono de um império diversificado e multibilionário, um verdadeiro tubarão da América, além de *showman*, graças à participação e produção do seriado televisivo *The Apprentice*.

Surgida como uma empresa de empreendimentos imobiliários em ascensão, as organizações Trump logo se transformam em uma grande corporação voltada para aquisição e gerenciamento de grandes hotéis, resorts e cassinos como o *Gran Hyatt Hotel* (1978), os cassinos *Harrah's at Trump Plaza* (1983), *Trump Castle* (1985) e *Taj Mahal* (1988), o *Plaza Hotel* (1988), o *Trump International Hotel and Tower* (1994) e o *Trump Hotel and Casino Resorts* (1995). Os negócios de Trump começam a se diversificar e ramificar em fins da década de 1980, com a criação de uma fundação, *Donald J. Trump Foudation* (1988), e a aquisição de um banco de investimentos, o *Bank of Manhattan Trust Building* (1996). A partir de então, as Organizações Trump começaram a investir fortemente em outras áreas para além da construção civil e do setor imobiliário e hoteleiro. Hoje as Organizações Trump, um conglomerado de mais de 500 empresas atuando globalmente, detém ações e investimentos nos mais variados setores como: hotéis, resorts e casinos, construção civil, empreendimentos imobiliários, consultoria financeira, além de campos de golf, times de futebol (New Jersey Generals), concursos de beleza (*Miss Univers*, *Miss USA* e *Miss teen USA*), institutos educacionais (*Trump Entrepreneurial Institute*), produtoras de televisão, editoras, empresas desenvolvedoras de jogos e serviços de entretenimento e vendas a varejo (cf. WOOTEN, 2009).

Tal levantamento detalhado sobre a vida e trajetória empresarial de Trump nos permite observar que ele é justamente um exemplo de empresário sobre o qual nos falava Wolfe no subitem acima. Um empresário conservador que cresceu e enriqueceu durante a Guerra Fria. Seus empreendimentos são justamente em setores que tiveram diversos estímulos por parte dos governos

democratas, o setor de serviços, construção civil, finanças, entretenimento e comércio internacional. Um empresário que capitalizou economicamente no seio do reformismo Democrata e com o agravar da crise do paradigma fordista-keynesiano irá capitalizar também politicamente no seio do neoliberalismo, implementado por Republicanos e Democratas. Um empresário que dedicará sua vida à construção não só de um império, mas de uma imagem, a imagem do autêntico *self-made man*, neto de imigrantes europeus que chegaram na América sem nada e com esforço e dedicação foram construindo impérios e deixando legados. Trump irá investir intensamente nessa imagem, corporificando esse imaginário liberal da meritocracia, um ideal um tanto apelativo à cultura geral norte-americana. Trump fará disso um verdadeiro espetáculo em seu seriado de televisão, *The Apprentice*. Em meio à crise, sobrevivem os fortes, os autênticos americanos, os touros da finança. Em um contexto no qual Republicanos e Democratas adotam, ainda que de modo particular, o receituário neoliberal de equilíbrio orçamentário, alcançado através de políticas de austeridade e ataques a direitos sociais e trabalhistas, o que resta ao trabalhador norte-americano senão acreditar em si mesmo e em seu esforço individual? Visto deste prisma, Trump, a despeito de suas declarações intolerantes e desrespeitosas, parece o arquétipo perfeito, alguém que o trabalhador almeja um dia poder se tornar, sem precisar depender dos auxílios do Estado.

Na política, Trump apoiou e contribuiu para campanha de candidatos de ambos os grandes partidos, foi filiado ao Partido Republicano entre 1987 a 1999; saiu e contribuiu para a fundação de um partido independente – *Reform Party* – até finalmente anunciar sua candidatura a presidência novamente pelos republicanos em 2015. Foi crescendo nas campanhas, impulsionado justamente pelo que muitos julgavam seu “tendão de Aquiles”: a retórica agressiva e ofensiva, o discurso de ódio explícito, e a naturalização e banalização da violência.

Suas propostas de construção de um muro eletrificado na fronteira com o México, rechaço ao Obamacare em prol de planos de saúde populares, revisão de tratados comerciais desfavoráveis ao trabalhador norte-americano (NAFTA e a China), reestruturação das forças armadas e combate ao terrorismo, proibição da entrada de imigrantes vindos do Oriente Médio, não vêm de encontro à

agenda neoliberal em sua essência, mas agregam a ela um nacionalismo típico da velha tradição conservadora americana ou do dito populismo de direita. Declarações bombásticas, associando mexicanos a estupradores, traficantes e ladrões de empregos, objetificando e depreciando mulheres e homossexuais, atacando empresários com investimentos *off-shore* trazem a tona não a velha revolta dos *farmers* e o *US People's Party* do final do XIX contra banqueiros e plutocratas em favor de setores esmagados pela capital. Resgatam sim o mais recente ressentimento segregacionista representado por George Wallace, Goldwater e Buchanan, posto que sua pauta não é em nenhuma medida crítica à forma de desenvolvimento do capital, seus monopólios e exclusões. Ao contrário, o cerne de seus projetos vem justamente no sentido do aguçamento dessas desigualdades e exclusões.

O fenômeno Trump se alimenta do medo, do desespero e do orgulho ferido dos WASP (*white anglo-saxon protestant*). Apresenta-se como defensor dos diretos e interesses do trabalhador branco norte-americano, do homem comum, pai de família, etc. Sua retórica nacionalista e discriminatória vem atraindo desde elementos mais conservadores, como os associados ou simpatizantes de grupos de ódio, até aqueles tradicionalmente engajados em movimentos sindicais e favoráveis à políticas protecionistas.

Pela primeira vez em muito tempo, uma variedade de supremacistas brancos, desde grupos neoconfederados a neofascistas, dizem sentir-se parcialmente representados na arena da política partidária. Conhecidos supremacistas brancos como o ex-político, hoje radialista, David Duke, vem encorajando seus ouvintes a votar em Trump. Uma matéria recente do NY Times traz declarações de outros representantes dessa vertente política. Segundo Richard Spencer, fundador do *National Policy Institute*, um *think-tank* dedicado à defesa “da herança, identidade e futuro dos descendentes de europeus nos Estados Unidos”, Trump “está trazendo a política de identidade para os brancos de volta a esfera pública de uma forma que ninguém fez”. “Não acho que ele pense essa questão da forma que eu e algumas pessoas entendem. Acho que ele está reagindo à sensação de que ele perdeu seu país”. Andrew Anglin, editor do site neofascista *The Daily Stormer*, declarou: “Trump está disposto a dizer o que a maioria dos americanos pensa: é hora de deportar essa gente. Ele também não exita em chamá-los de criminosos estupradores,

assassinos e traficantes de drogas.” James Taylor e William Johnson, ambos ativistas do *American Freedom Party* foram categóricos: “Não precisamos de muçulmanos. Precisamos de brancos inteligentes e bem instruídos que vão assimilar nossa cultura. Votem em Trump” (CONFESSORE, 2016).

O que notamos é que afora seu claro compromisso com o ataque e à perseguição às minorias, sua plataforma, contudo, tem muito pouco a oferecer ao dito americano médio. Trump rejeita abertamente a saúde pública gratuita e o aumento do salário mínimo. Apenas após sua nomeação oficial como candidato Republicano, declarou-se aberto a alguma discussão sobre o tema. Além de saúde privada e um evidente desconforto com políticas redistributivas, sua agenda social não vai muito além da defesa do direito de portar armas, da pena de morte e de programas educacionais alternativos à escola pública, como *charter school* e o *homeschooling*. Assim, sua estratégia para questões sociais se resume a transferi-la para o setor privado, transformando saúde, educação, habitação, correios e segurança pública (no caso as prisões) em serviços privados.

A proposta de Trump, como veremos na breve análise empírica a seguir, é considerada aqui como neoliberal. Entendemos que em boa medida, seu discurso radical, agressividade e intolerante, não são suficientes para considerá-lo como fascista, populista de direita ou representante *tout court* da extrema-direita, haja vista que suas polêmicas e controvertidas declarações não tiveram sucesso em gerar políticas públicas desse teor. Ao contrário, boa parte das políticas públicas defendidas e levadas a cabo nesse primeiro ano de governo são neoliberais e é sobre elas que nos debruçaremos.

A opção pelo conceito de neoliberalismo para definir o governo de um sujeito declaradamente controverso, xenófobo e intolerante, pode gerar questionamentos quanto a um possível abrandamento do papel do discurso de ódio em seu direcionamento político. Além disso, a teoria política atual poderia oferecer outras possibilidades de caracterização como neoconservadorismo,



paleoconservadorismo, libertarianismo e anarco-capitalismo.<sup>1</sup> Mesmo o neoliberalismo é um conceito atravessado por tradições, escolas que acabam por gerar correntes e variações dentro do próprio neoliberalismo (FOUCAULT, 2008; Jones, 2012; DARDOT; LAVAL, 2016).<sup>2</sup> Tal miríade de conceitos possibilita pensar aspectos da plataforma de campanha de Trump, em alguma medida pode ser vislumbrada em determinadas declarações, porém não conforma adequadamente sua práxis.

O que podemos dizer sobre essa constelação de conceitos é que ela deriva da necessidade real de dar conta da diversidade do pensamento político e que conforma um conjunto de teorias políticas que, apesar das particularidades intrínsecas, em algum nível integram um mesmo fenômeno, um projeto social de contrarreformas, de ataque a um conjunto de direitos trabalhistas, políticos e sociais, conquistados através da luta e pressões políticas exercidos por variadas

---

<sup>1</sup> Neoconservadorismo consiste em uma corrente do liberalismo associada a Daniel Bell, Seymour Martin Lipset, Irving Kristol, Paul Wolfowitz. Neoconservadores defendem o livre mercado, a restrição de políticas sociais, limites ao multiculturalismo e uma política externa intervencionista. Os paleoconservadores são uma corrente mais conservadora do liberalismo, criticando fortemente as políticas de diversidade e inclusão de minorias. Os paleoconservadores como Paul Gottfried e Pat Buchanan defendem abertamente valores tradicionais, uma moral religiosa, a cultura e a civilização ocidental. Os termos neoconservador e paleoconservador tornaram-se bastante populares nos Estados Unidos, pois adequam-se à sua tradição conceitual em dividir o campo político a partir do binômio liberal/conservador, onde liberal comumente designa uma tradição política afinada com intervencionismo, regulação estatal e políticas redistributivas e de inclusão identitária. O que a teoria política europeia e a economia política clássica define como liberal, é entendido pelos norte-americanos como uma vertente do conservadorismo. Libertarianismo consiste em uma corrente bastante radical do liberalismo, centrada em maximizar a autonomia dos indivíduos e sua liberdade de escolha. É fortemente crítica à atuação do Estado nos âmbitos sociais e econômicos, restringindo-se somente à segurança pública e à defesa da propriedade. Igualmente popular nos Estados Unidos por tentar resgatar uma identidade com a tradição liberal, porém se diferenciando da noção americana do termo.

O anarcocapitalismo ou anarcoliberalismo é a mais radical das correntes do liberalismo, derivando de uma radicalização do libertarianismo ao criticar mesmo a existência do Estado. Toda organização social e defesa dos interesses dos indivíduos deveriam passar pela propriedade privada e pelo mercado, privatizando-se absolutamente tudo, desde bens, até a justiça, a segurança pública, a informação, etc. Esta vertente vêm se popularizando através dos escritos de Murray Rothbard, um discípulo de Mises, e da teoria da escolha pública de Edward Stringham.

<sup>2</sup> Dentre essas correntes poderíamos considerar a tradição austríaca, com Mises e Hayek; a tradição germânica, conhecida como ordoliberal, com Walter Eucken, Wilhelm Röpke, Franz Böhm, Müller-Armack; a tradição monetarista com George Joseph Stigler e Milton Friedman.

formas de organização dos trabalhadores. Nesse sentido acabam por intersectar duas grandes matrizes do pensamento político moderno: liberalismo e conservadorismo. As contribuições do conservadorismo, todavia não chegam a colocar os fundamentos do liberalismo, o paradigma da busca da vantagem individual, da propriedade privada e do livre mercado em xeque. O conservadorismo aparece muitas vezes na defesa de um conjunto de valores morais e da tradição, no respeito à história (do vencedor, claro) e ao legado de gerações precedentes, e no entendimento da mudança social como evolução molecular natural. Mas esses elementos não assumem a precedência sobre as relações de mercado ou sobre o indivíduo, protagonista incontestado da história.

É verdade que com frequência o liberalismo é pensado no senso comum como intrinsecamente comprometido com a diversidade, com a inclusão e com a tolerância, ou seja, como intrinsecamente democrático. Em alguma medida, naturalizamos parcialmente a própria narrativa liberal, ou de uma corrente progressista do liberalismo, acerca de si mesma, entendendo a democracia como evolução natural e histórica do liberalismo (MERQUIOR, 1991; BOBBIO, 2000). Daí deriva toda a relutância em ver Trump, sua xenofobia e intolerâncias como liberais e o impulso em buscar defini-lo como algo outro, avesso ao liberalismo, fascista, populista de direita ou mesmo, algo novo, um fenômeno político inédito. Um olhar um pouco mais atento à experiência histórica nos revela justamente o contrário.

Em meio à turbulência das revoltas de 1830 e 1848, em meio à organização e mobilização do movimento operário, a burguesia liberal torna-se gradativamente uma classe conservadora, visando manter e consolidar a ordem sobre a qual conquistou posição de poder, lugar privilegiado, e exerce domínio. A forma do exercício do domínio, contudo, entra em questão: dominar incluindo parte das reivindicações dos subalternos, ou seja, estender às massas as conquistas da revolução burguesa, ou excluir os setores populares total e abertamente? O processo de consolidação da sociedade burguesa se deu em meio à efervescência política do XIX, quando podemos observar a emergência das mais variadas ideologias críticas ao liberalismo e ao capital, bem como estratégias de luta popular que iam desde a via constitucional do cartismo, a via parlamentar com a formação dos partidos operários de massa, a alternativa mutualista, a formação de articulações socialistas internacionais (as

Internacionais), até as barricadas e ações diretas dos anarquistas. A reação dos liberais sempre foi o combate à essas organizações e em boa medida de combate às demandas por sufrágio universal e reformas trabalhistas, deixando explícito que o liberalismo nunca esteve comprometido com a democracia e que esta, mesmo em seus contornos burgueses, foi uma conquista dos trabalhadores organizados (THOMPSON, 1987; RUDE, 1991; HOBSBAWM, 1998).

O receio das massas, das classes perigosas, foi a tônica da maioria dos liberais dessa geração, Edmund Burke, Benjamin Constant, Auguste Comte, os teóricos das elites Michels, Mosca e Pareto, Herbert Spencer e os darwinistas sociais. Poucos foram aqueles que como John Stuart Mill defenderam a democracia. Mesmo clássicos como Jefferson e Tocqueville defendiam um paradigma muito particular de democracia, aquela feita com moderação, paciência e parcimônia, apartada das ruas e encastelada em seguras instituições parlamentares, como recomendava o primeiro; uma democracia representativa, de preparados e seletos, os *select men*, como defendia o segundo (MERQUIOR, 1991, p. 65-95; LOSURDO, 2004, p. 243-294).

A questão sobre a qual pretende-se refletir é que essas variadas correntes – neocons, paleocons, libertários, anarcocapitalistas, as escolas neoliberais – ganham força em um cenário político de crítica às conquistas dos trabalhadores e minorias identitárias, conformando uma diversidade dentro de uma unidade, que é o campo do liberalismo contemporâneo, um campo que cada vez mais tangencia ou em alguns casos abraça deliberadamente aspectos do conservadorismo. Diante da crise do entreguerras e do surgimento de alternativas intervencionistas, reformistas e, ao longo da Guerra Fria, inclusive de uma alternativa anticapitalista, o liberalismo teve de se reinventar. E dessa renovação emergiram correntes e escolas afinadas com a tradição conservadora do liberalismo, crítica da democracia, da participação popular ativa e direta e das regulações trabalhistas. Esse é o grande debate que um dia se abriu no seio do liberalismo do XIX e hoje praticamente reina soberana no campo liberal. Pois é essa tradição conservadora do liberalismo que inspira as correntes da renovação liberal do pós-guerra. De forma mais ou menos radical, mais ou menos explícita, todas elas exprimem certo desconforto para com a democracia, mesmo a democracia burguesa, e para com o espaço de inclusão social conquistado pelos setores subalternos e por minorias identitárias. Flertando um

pouco mais ou um pouco menos com a tradição conservadora, é preciso entendê-las como diversidade de uma unidade, partes de um todo, frutos de um contexto e decididamente como variantes da matriz liberal de pensamento, posto que todas elas defendem com vigor o livre mercado, o empreendedorismo, a meritocracia, o direito de escolha individual e a busca por prosperidade através do esforço individual. Não há, portanto, nem mesmo no paleoconservadorismo ou no anarcocapitalismo, uma quebra com os princípios liberais fundamentais. Ao contrário, nota-se em todas essas correntes a defesa da agenda de austeridade, do equilíbrio fiscal e orçamentário, do ataque frontal às organizações e direitos do trabalhadores.

Nos concentraremos, portanto, em analisar não somente ou exatamente o que Trump diz, seu discurso, mas fundamentalmente o que Trump faz, o que ele têm condições de implementar, o sentido das políticas públicas em seu programa, quem ele efetivamente representa, o interesse de quem seu governo vem atender.

## Cara a cara com o neoliberalismo conservador

No discurso inaugural de Trump no Congresso, podemos ver de que forma ele reafirma seu compromisso e pretensão em colocar a América em primeiro lugar. Começemos pelo compromisso com o empresariado e o estímulo ao fomento de novos mercados:

“No momento, as empresas americanas são taxadas aos maiores índices que qualquer lugar no mundo. Minha equipe econômica está desenvolvendo uma reforma tributária histórica que reduzirá as taxas de impostos sobre nossas empresas para que elas consigam competir e prosperar em qualquer lugar e com todos. E será um grande, grande corte.

Atualmente quando exportamos produtos americanos, outros países nos fazem pagar altas tarifas e taxas. Mas quando empresas estrangeiras exportam seus produtos para América, nós não cobramos nada, ou quase nada.

Nós empreendemos um esforço histórico para reduzir maciçamente as regulações que estrangulavam do trabalho, criando uma força tarefa de desregulamentação dentro de cada agência governamental.

E com a ajuda do primeiro ministro Justin Trudeau, formamos um conselho com nossos vizinhos no Canadá para ajudar a garantir que mulheres empreendedoras tenham acesso à redes, mercados e capital necessário para começar um negócio e experimentem seus sonhos financeiros”(REMARKS, 2017).

Nesse primeiro conjunto, notamos um esforço no sentido em garantir maiores lucros para o empresariado por meio de estratégias diretas como a redução de impostos, uma política aduaneira protecionista e projetos de incentivo ao empreendedorismo feminino, bem como indiretas através do ataque a direitos trabalhistas. A redução de regulação ou entraves nada mais é que a defesa da flexibilização e precarização do trabalho, beneficiando o empresariado em detrimento das condições de trabalho dos empregados. Mesmo a proposta de inclusão da minoria feminina é desenvolvida através de um viés bastante particular, o do empreendedorismo, pois fundamentalmente é essa a inclusão que se deseja, uma que esteja atrelada aos interesses do mercado e que em boa medida contribua para sua expansão.

A reforma tributária anunciada no discurso de posse não tardou a ser levada a cabo. Na madrugada de 2 de dezembro de 2017, menos de um ano após assumir a presidência, o Senado aprovou o projeto de lei de reforma fiscal, beneficiando fundamentalmente os empresários. O corte de impostos equivale ao montante de aproximadamente U\$ 1,5 trilhão em dois anos. Grandes corporações serão beneficiadas diretamente com a redução de 35% para 20% nos impostos. Além disso, a reforma duplica o valor mínimo de isenção fiscal para pessoas físicas com renda anual de U\$ 12 mil para U\$ 24 mil por ano. Isso demonstra que a reforma fiscal privilegia os interesses do grande empresariado, reduzindo encargos desse setor com o Estado, porém busca alcançar minimamente os indivíduos pertencentes a classe trabalhadora, especialmente estratos médios, agora parcialmente integrados na política de isenção (MARS, 2017).

Sigamos agora a questão da imigração:

“Ao mesmo tempo, minha administração atendeu aos clamores do povo americano para controle da imigração e segurança nas fronteiras. Finalmente aplicando nossas leis de imigração, aumentaremos salários, ajudaremos desempregados, economizaremos bilhões de dólares e tornaremos nossas comunidades seguras para todos.

Eu vou trazer de volta milhões de empregos. Proteger nossos trabalhadores também significa reformar nosso sistema legal de imigração. O atual e obsoleto sistema rebaixa os salários de nossos trabalhadores mais pobres e coloca grande pressão sobre nosso contribuinte” (REMARKS, 2017).

Como podemos perceber, o que se faz aqui é aliar a discussão de imigração com a questão do emprego e da segurança pública, fortalecendo o bode espiatório, divisões e tensões dentro da classe trabalhadora. Logicamente, quem ganha com isso não poderia deixar de ser o empresariado e bloco no poder, desviando a atenção de questões cruciais como a superexploração do trabalho imigrante ilegal, a depreciação crescente das condições de trabalho nacionais, a desigualdade de oportunidades entre os grupos sociais locais, oriundas não somente das clivagens classistas, mas também racistas nos Estados Unidos.

Esse ponto é explorado de forma formidável nos próximos trechos. Vejamos finalmente a proposta de Trump para a questão social e ética nos Estados Unidos, justamente os grupos que mais sofrem com os cortes típicos da austeridade:

“Obrigamos cada americano a ter um seguro-saúde público aprovado pelo governo nunca foi a melhor solução para o nosso país. A forma de tornar o seguro-saúde acessível para todos é diminuir os custos do seguro-saúde, e é isso que faremos.

Estou conclamando a membros de ambos os partidos para passar um projeto de lei de educação que subsidie a escolha educacional para jovens carentes, incluindo milhões de afro-americanos e crianças latinas. Essas famílias devem ser livres para escolher entre público, privado, fundações, escolas técnicas, religiosas ou ensino doméstico, que os sirva melhor. Junto a nós, temos hoje na plateia essa moça incrível, Denisha Merriweather. Quando jovem, Denisha sofreu na escola e repetiu o terceiro ano duas vezes. Mas então ela conseguiu se matricular num centro privado de ensino, um ótimo centro de ensino, com ajuda de crédito sobre imposto e uma bolsa de estudos.

E devemos apoiar vítimas de crimes. Eu ordenei o Departamento de Segurança Pública a criar um escritório para dedicado a tratar de vítimas americanas. É chamado VOICE – Vítimas do engajamento criminal imigrante. Estamos proporcionando uma voz àqueles que têm sido ignorados pela nossa mídia e silenciados por interesses particulares. Na plateia hoje, temos quatro corajosos americanos, com

os quais o governo falhou. Seus nomes são Jamiel Shaw, Susan Oliver, Jenna Oliver, and Jessica Davis. O filho de Jamiel de 17 anos foi brutalmente assassinado por um membro de uma gangue de imigrantes ilegais, que acabara de ser solto da prisão. (...) Seus maridos [de Jenna Oliver e Jessica Davies] sub-xerife Danny Oliver e detetive Michael Davis foram mortos em serviço na Califórnia. Eles eram os pilares de suas comunidades. Esses bravos homens foram cruelmente abatidos por um imigrante ilegal com histórico criminal e duas deportações anteriores” (REMARKS, 2017).

Os primeiros dois trechos dessa seção explicitam o projeto de privatização da questão social. Saúde e educação deveriam ser assunto de foro privado, não público, desobrigando e desonerando o Estado da responsabilidade em garantir o colchão social na forma de direitos. Esses deveriam tornar-se serviços, ou seja, mercantilizar a questão social, o que abre novas e atrativas frentes de mercado ao capital.

Em março de 2017 Trump anunciou o orçamento de educação para o ano fiscal de 2018 com corte de 9,2 bilhões de dólares, um equivalente a 13,5% comparado ao ano anterior. Devastadores para o sistema público de educação, os cortes estão voltados especificamente para políticas de incentivo à qualificação docente, de formação continuada, projetos de aprendizado fora do ambiente da sala de aula, cursos de verão e auxílio à instrução, além da transferência de fundos públicos para o sistema privado de *vouchers* (DESANCTIS, 2017; BELINK; BRODY, 2017).

Fortemente apoiado pela secretária de educação, Betsy DeVos, lobbista entusiasta da educação privada desde os anos 1990 no Michigan, seu estado de origem, o sistema privado de educação receberá adicionais U\$ 1,4 bilhões injetados pelo governo, explicitando o sentido da política educacional de Trump em benefício da educação privada. Sua trajetória política é particularmente interessante e ajuda a compreender e explicitar o grupo de poder em torno de Trump. O pai de Betsy, Edgar Prince, fez fortuna na indústria automobilística. Contudo, as conexões de seu irmão e marido dizem bem mais sobre a correlação de forças da Era Trump. Seu irmão, Erick Prince, fundou a Blackwater, notória empresa do sector militar privado, contratada para prover serviços nas guerras do Afeganistão e do Iraque. Richard DeVos, sogro de Betsy, é um dos fundadores do império multinacional Amway e aliado

político dos irmãos Charles e David Koch há muitos anos, contribuindo frequentemente com doações aos empreendimentos políticos dos irmãos. Desde os idos dos anos 1970 a família DeVos já contribuía financeiramente para o rearranjo da Nova Direita nos Estados Unidos, destinando 200 milhões de dólares para o suporte de *think tanks* conservadores como a *Heritage Foundation*, o *Council on National Policy*, que conta com grandes nomes da Direita Cristã como Jerry Falwell, Pat Robertson e Phyllis Schlafly, e organizações acadêmicas como o *Collegiate Studies Institute*. Betsy, seu marido Richard e sua mãe foram fortes ativistas contra a aprovação da legislação em favor do casamento gay em vários estados. Os DeVos contribuíram pesadamente para a campanha de Ronald Reagan, estando Richard DeVos senior a frente das finanças do *Republican National Committee* (MAYER, 2016).

Como podemos observar toda a trajetória política de Betsy DeVos, sua militância em torno do ensino privado, do desmonte do setor público da educação e da defesa dos valores tradicionais cristãos e da família, se fez acompanhada de vultosos aportes financeiros e incentivos à reorganização política do conservadorismo, vindos de empresas que vieram crescendo no contexto da Guerra Fria e rearticulando a reação ao reformismo.

Voltando ao discurso, temos aqui uma brilhante e tenaz estratégia política e retórica de convencimento popular, atrelando o problema social ao imigrante. Já vimos nos trechos anteriores que isso contribuiu para fortalecimento de bodes expiatórios e antagonismos na classe trabalhadora. O trabalhador imigrante é entendido como responsável pela falta de empregos, salários baixos e pela violência; a solução, conseqüentemente, seria retirá-lo do conjunto social nacional, deportando-o.

Aliado a isso, nos deparamos com uma estratégia retórica bastante eficiente, qual seja, personalizar o discurso, trazendo constantemente exemplos reais e, no caso do discurso analisado, trazendo as pessoas em si. Esse artifício ajuda a criar laços, dar materialidade às propostas, trazer o público pra perto, como se o povo em si estivesse presente no governo e fosse o alvo real dos projetos de Trump. As pessoas escolhidas a servir de exemplo também não são escolhidas aleatoriamente. Denisha Merriweather é uma moça afro-americana, assim como Jamiel Shaw, indivíduos que representam minorias que ao longo da campanha de Trump se mobilizaram fortemente em oposição ao candidato e



seus comentários racistas e derogatórios. Convidar dois afro-americanos e duas esposas de policiais, representantes da clássica classe trabalhadora branca a participar do evento e invocá-los como exemplo, favorece na recuperação da imagem de Trump frente aos afro-americanos e no reforço da imagem de defensor do povo.

Como podemos perceber, seu projeto, basicamente, gira em torno do ataque à direitos sociais e da defesa de sua mercantilização, uma agenda totalmente congruente com o neoliberalismo e que de “populista” só guarda mesmo o discurso eloquente e um certo carisma de baixa categoria.

Mas o perigo reside justamente nesse aparente semblante de resistência. E Trump joga com isso. Uma campanha na qual poucos apostavam, desdenhavam e faziam piada foi tomando proporções impressionantes. De declaração em declaração, de entrevista em entrevista, de debate em debate, Trump contribui para um movimento em curso já há algum tempo: trazer o ódio, a violência e a intolerância para o *mainstream*, tornando-os cada vez mais aceitáveis, concebíveis e desejáveis. Ele vai assim, com seu tom jocoso e brincalhão, imprimindo novas feições ao Partido Republicano, fortalecendo uma ala ainda minoritária, mas crescente, representada pelo *Tea Party*, setores mais radicais da bancada cristã e nostálgicos da velha tradição segregacionista. Há bem pouco tempo, criaturas como Sara Pailin eram ridicularizadas dentro do próprio Partido Republicano; hoje temos Trump presidente dos Estados Unidos. Como os cães de Ramsay Bolton em *Game of Thrones*, o branco pobre foi privado de alento e alimento por muito tempo, deixado à míngua pelo partido no qual depositou seu fiel apoio por aproximadamente 30 anos.<sup>3</sup> Em seu desespero, voltaram-se contra seus líderes mais tradicionais, devorando suas entranhas e aliando-se àquele que da penumbra surge com um discurso salvador do povo e para o povo.

---

<sup>3</sup> Agradeço ao colega Thaddeus Gregory Blanchete pela inusitada analogia à cena dos cães de Ramsay Bolton do seriado *Game of Thrones*.

## Referências bibliográficas

- APPLE, Michael. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARNES, Donna A. *Farmers in Rebellion: The Rise and Fall of the Southern Farmers Alliance and People's Party in Texas*. Austin: University of Texas Press, 1984.
- BELL, Daniel. *The New American Right*. New York: Doubleday, 1963.
- BERLET, Chip; LYONS, Mathew. *Right-wing populism in America: too close for comfort*. New York: Guilford Press, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAMOND, Sara. *Roads to Dominion: right-wing movements and political power in United States*. New York: Guilford, 1995.
- DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GOODWYN, Lawrence. *Democratic Promise: The Populist Moment in America*. New York: Oxford University Press, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e terra, 1998.
- HOSFTADTER, Richard. *The Age of Reform: from Bryan to F.D.R.* New York: Vintage Books, 1960.
- HOLLOWAY, John; BONEFELD, Werner. *Post-Fordism and Social Form: a Marxist debate on the post-fordist State*. London: Palgrave Macmillan, 1991.
- JONES, Daniel S. *Masters of the Universe: Hayek, Friedman and the birth of neoliberal politics*. Princeton: Princeton Univ. Press, 2012.
- KAZIN, Michael. *The populist persuasion: an American history*. Ithaca: Cornell Univ Press, 1995.
- KATZNELSON, Ira. Was the Great Society a lost opportunity? In: FRASER, S; GERSTLE, G. *The rise and fall of the new deal order 1930-1980*. Princeton: Princeton 1989.

- KRANISH, Michael; FISHER, Marc. *Trump revealed: The Definitive Biography of the 45th President*. Simon & Schuster, 2017.
- KRUGMAN, Paul. *Pendding prosperity: economic sense and nonsense in the age of diminished expectations*. New York: W W Norton and Company, 1994.
- KUZNETS, Simon. *National Product since 1869*. New York: National Bureau of Economic Research, 1941.
- LICHTENSTEIN, Nelson. From coporatism to collective bargaining: organized labor and the eclipse of social democracy in postwar era. In: FRASER, S.; GERSTLE, G. *The rise and fall of the new deal order 1930-1980*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1989.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MESZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MILLER, Worth Robert. A Centennial Historiography of American Populism. *Kansas History: A Journal of the Central Plains*, v. 16, n. 1, p. 54-59, Spring 1993.
- MURRAY, Charles. *Coming Apart*. New York: Crown Forum, 2012.
- PARRINGTON, Vernon Louis. *Main Currents in American Thought: The Beginning of Critical Realism in America: 1860-1920*. New York: Harcourt, Brace, and World, 1930.
- POGGI, Tatiana. *Faces do extremo: neofascismo nos EUA (1970-2010)*. Curitiba: Prismas, 2015.
- POLLACK, Norman. *The Populist Response to Industrial America*. New York: W. W. Norton, 1962.
- POSNER, Richard. *The crisis of capitalist democracy*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2010.
- RUDÉ, Gorge. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- STEINDL, Josef. *Maturity and Stagnation in American capitalism*. Oxford: Blackwell, 1952.
- SWEETZ, Paul.; BARAN, P. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TURNER, Frederick. *The Problem of the West*. Atlantic Monthly, set. 1896.

WOLFE, Alan. Sociology, liberalism and the radical right. *New Left Review*, p. 3-27, 1981.

WOODWARD, C. Vann. *Tom Watson: Agrarian Rebel*. New York: Macmillan, 1938.

WOOTEN, Sara M. *Donald Trump: from real estate to reality TV*. Enslow Publishers, 2009.

## Documentos

BELKIN, Douglas; BRODY, Leslie. Trump Budget Proposal Cuts \$9 Billion from Department of Education. *The Wall Street Journal*, 16 Mar. 2017. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/trump-budget-proposal-cuts-9-billion-from-department-of-education-1489684887>

BLAIR, Gwenda. The man who made Trump who he is. *Politico Magazine*, 24 Out. 2015. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2015/08/the-man-who-made-trump-who-he-is-121647>

COMPANY Overview of The Trump Organization LLC. Bloomberg, 12 Sept. 2016. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=344985>

CONFESSORE, Nicolas. For whites ensing decline, Donald Trump unleashes words of resistance. *The New York Times*, 13 Jun. 2016. [http://www.nytimes.com/2016/07/14/us/politics/donald-trump-white-identity.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2016/07/14/us/politics/donald-trump-white-identity.html?_r=0)

COOK, Lindsay. Is the American Dream falling Us? *US News*, 3 Dez. 2015. Disponível em: <http://www.usnews.com/news/blogs/damine/2015/12/03/is-the-american-dream-failing-us>

DESANCTIS, Alexandra. The Cynical Dishonesty of Anti-Choice “Education Reformers”. *National Review*, 6 Jun. 2017. Disponível em: <http://www.nationalreview.com/article/448317/donald-trump-budget-education-reform-anti-school-choice-arguments-hurt-students>

LEHMANN, Chris. Donald Trump and the long Tradition of American populism. *Newsweek*. 22 ago. 2015. <http://www.newsweek.com/donald-trump-populism-365052>

MARS, Amanda. Senado dos EUA aprova reforma fiscal de Trump que beneficia empresas. *El País*. 2 dez. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/internacional/1512198998\\_778781.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/02/internacional/1512198998_778781.html)

MAYER, Jane. Betsy DeVos, Trump's Big-Donor Education Secretary. *The New Yorker*, 23 Jun. 2016. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/news-desk/betsy-devos-trumps-big-donor-education-secretary>

REMARKS by President Trump in Joint Address to Congress. The White House, 28 Feb. 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2017/02/28/remarks-president-trump-joint-address-congress>.

SOUTHERN POVERTY LAW CENTER. Disponível em: <https://www.splcenter.org/file/11756>

U.S. CENSUS BUREAU. *2009 and 2014 American Community Survey 5-year Estimates*. Disponível em: <http://www.census.gov/acs>.

U.S. CENSUS BUREAU. *2014 American Community Survey 5-year Estimates*. Disponível em: <http://www.census.gov/acs>.

YANOFSKY, David. A list of everything Donald Trump runs that has his name on it. *Quartz*, 22 Jun. 2015. Disponível em: <https://qz.com/461688/a-list-of-everything-donald-trump-runs-that-has-his-name-on-it/>